

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora,
o texto completo desta dissertação
será disponibilizado somente a partir
de 13/12/2024.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A ESCOLARIDADE EM CICLOS: PRÁTICAS E DILEMAS DA
PROGRESSÃO CONTINUADA**

EDNA MORAIS ANDRADE DE ALMEIDA



Rio Claro - SP
2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A ESCOLARIDADE EM CICLOS: PRÁTICAS E DILEMAS DA
PROGRESSÃO CONTINUADA**

EDNA MORAIS ANDRADE DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Programa de Pós-Graduação em Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília de Oliveira Micotti

**Rio Claro - SP
2024**

A447e	Almeida, Edna Morais Andrade de A escolaridade em ciclos: práticas e dilemas da progressão continuada / Edna Morais Andrade de Almeida. -- Rio Claro, 2024 173 p. : il., tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Maria Cecília de Oliveira Micotti 1. ensino em ciclos. 2. progressão continuada. 3. professores. 4. alfabetização. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A ESCOLARIDADE EM CICLOS: PRÁTICAS E DILEMAS DA PROGRESSÃO CONTINUADA

AUTORA: EDNA MORAIS ANDRADE DE ALMEIDA

ORIENTADORA: MARIA CECILIA DE OLIVEIRA MICOTTI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Educação, pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. MARIA CECILIA DE OLIVEIRA MICOTTI (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. RAQUEL FONTES BORGHI (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. LUCIANA MARIA GIOVANNI (Participação Virtual)
Programa de Estudos Pós Graduated em Educação História Política e Sociedade / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP

Rio Claro, 13 de dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas. Glória, pois, a Ele eternamente! Amém.

À minha orientadora, Maria Cecília de Oliveira Micotti, por quem tenho grande admiração.

Às Professoras Doutoras Raquel Fontes Borghi e Luciana Maria Giovanni, pelos importantes apontamentos realizados na banca de qualificação.

Ao professor Dr. Roberto Tadeu Iaochite, pelas preciosas contribuições a este trabalho, sobretudo durante a realização da disciplina de Seminários de Pesquisa I – Formação do Professor e Trabalho Docente.

À Professora Dra. Andressa Farias Vidal, pelas palavras de incentivo e por compartilhar seu conhecimento por meio da pesquisa.

Ao meu marido querido, Paulo Américo, e aos meus meninos, Elom de Paulo e Pedro Américo. Graça de Deus, que me fazem lembrar todos os dias o quanto Ele é Bom.

À minha mãe, Isabel, mais conhecida como Bezinha.

À Marinalva Araujo dos Santos (Doinha) que me oportunizou conhecer o mundo letrado.

Às minhas colegas do Grupo Raios de Sol, por dividirem seus conhecimentos e experiências docentes e pela colaboração com minha formação profissional.

À Daiane Luzia de Matos Bueno, Fabiana Rosa Vilela de Oliveira Guilherme e Giovana Massaro Fonseca, pelo apoio na construção deste trabalho.

Aos professores e diretores da rede municipal de ensino de Limeira, que contribuíram de forma significativa para realização desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo discutir a estruturação do currículo do Ensino Fundamental em ciclos, a progressão continuada e sua introdução nas escolas públicas. Em especial, busca-se identificar os enfoques dados pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental a esse modelo pedagógico e a seus efeitos e implicações no processo de aprendizagem. Para tanto, utiliza-se como base teórica as contribuições dos estudos de Freitas (2003), Tardif (2014), Micotti (2009, 2012), Alavarse (2007, 2009), Mainardes (2006, 2008, 2009) e Jacomini (2004, 2009, 2010). Esta pesquisa apoia-se na abordagem qualitativa e tem por participantes professores e diretores de quatro escolas Municipais de Limeira, SP, que atuam no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Como instrumento para a coleta de dados, utilizara-se entrevistas semiestruturadas, cuja análise baseou-se nos estudos de Bardin (2016). Os dados da pesquisa revelam que os participantes associam os ciclos e a progressão continuada aos pressupostos da aprovação/reprovação. Além disso, evidenciou-se que, na visão dos participantes, os aspectos negativos da proposta de ensino superam os positivos. Tal crença se justifica pelos resultados insatisfatórios nas aprendizagens dos estudantes, pondo em evidência a fragilidade da proposta. As providências preconizadas nos documentos oficiais, principalmente as que estão relacionadas ao processo de recuperação e aceleração da aprendizagem, têm sido consideradas pelos participantes como insuficientes para atender as necessidades e os dilemas que se apresentam em sala de aula. Outra questão apontada pelos docentes é a influência da gestão e dos indicadores de qualidade na tomada de decisão a respeito da aprovação/reprovação dos alunos e, conseqüentemente, a perda de autonomia dos professores no contexto escolar.

Palavras-chave: ensino em ciclos; progressão continuada; professores; alfabetização.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the structuring of the Elementary School curriculum into cycles, continuing progression and its introduction in public schools. Particularly, we seek to identify the approaches given by teachers in the initial years of Elementary School to this pedagogical model and its effects and implications in the learning process. To this end, the contributions of studies by Freitas (2003), Tardif (2014), Micotti (2009, 2012), Alavarse (2007, 2009), Mainardes (2006, 2008, 2009) and Jacomini (2004, 2009, 2010). This research is based on a qualitative approach and its participants are teachers and principals from four municipal schools in Limeira, SP, who work in the 1st, 2nd and 3rd years of Elementary School. As an instrument for data collection, semi-structured interviews were used, the analysis of which was based on studies developed by Bardin (2016). The research data reveals that participants associate cycles and continuing progression with the assumptions of approval/failure. Furthermore, it was evident that, in the participants' view, the negative aspects of the teaching proposal outweigh the positive ones. This belief is justified by the unsatisfactory results in student learning, highlighting the fragility of the proposal. The measures recommended in official documents, especially those related to the process of recovery and acceleration of learning, have been considered by participants as insufficient to meet the needs and dilemmas that arise in the classroom. Another issue pointed out by teachers is the influence of management and quality indicators on decision-making regarding students' approval/failure and, consequently, the loss of teachers' autonomy in the school context.

Keywords: teaching in cycles; continued progression; teachers; literacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Indicador de Reprovação – 2019.....	53
Quadro 1 – Caracterização dos professores participantes da pesquisa.....	55
Quadro 2 - Caracterização dos diretores participantes da pesquisa.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ideb das escolas selecionadas para a pesquisa – 2019.....	54
Tabela 2 – Fatores que interferem na decisão dos professores.....	75
Tabela 3 - O número de educandos, por turma, nos anos iniciais do Ensino Fundamental ...	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEP/CONEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CME	Conselho Municipal de Educação
EF	Ensino Fundamental
HTP	Horário de Trabalho do Professor
HTPI	Horário Individual de Trabalho do Professor
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PC	Progressão Continuada
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SE	Secretaria de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O ENSINO EM CICLOS E PROGRESSÃO CONTINUADA – A LEGISLAÇÃO	14
2.1 Os ciclos e a progressão continuada no contexto escolar	18
3 FORMAÇÃO DOCENTE E OS DILEMAS DA EDUCAÇÃO	20
3.1 Ciclos, progressão continuada e identidade docente	21
3.2 Trabalho docente: princípios de autonomia, organização do trabalho e relações de poder.....	24
3.3 Tarefas diferenciadas e competências especializadas	26
3.4 Crenças dos professores a respeito da reprovação.....	31
4 O ENSINO EM CICLOS E A PROGRESSÃO CONTINUADA - PESQUISAS.....	37
4.1 Transição da educação seriada para os ciclos.....	38
5 A PESQUISA	48
5.1 Procedimentos Metodológicos: equipamentos, materiais, instrumentos de coleta e tratamento dos dados	49
5.2 Caracterização do município e das escolas pesquisadas	50
5.3 Participantes	54
5.4 Instrumentos	57
5.5 Procedimentos de coleta de dados	57
5.5.1 Entrevista semiestruturada.....	58
5.6 Procedimentos de análise de resultados.....	59
6 RESULTADOS	63
6.1 Manifestações dos professores sobre o ensino em Ciclos e a Progressão Continuada.....	63
6.1.1 Manifestações negativas	64
6.1.2 Manifestações positivas com restrições.....	66
6.1.3 Manifestações positivas	68
6.2 Fatores de decisão relativa à Aprovação/Reprovação	69
6.2.1 Gestão	69
6.2.2 Família	71
6.2.3 Orientação da Secretaria Municipal de Educação	72
6.2.5 Ideb	73
6.3 Enfoques dados aos Ciclos e à Progressão Continuada na prática	78
6.3.1 Relação ensino e aprendizagem.....	78
6.3.2 Continuidade.....	81

6.3.3 Reprovação	84
6.3.4 Maturidade	94
6.4 Manifestações dos professores relativas aos alunos	97
6.4.1 Escuta da criança	99
6.4.2 Ciclos – dificuldades enfrentadas pelos alunos	101
6.4.3 Ciclos e exclusão no contexto escolar	105
6.4.4 Efeitos da pandemia.....	107
6.4.5 Ciclos e autonomia do professor	108
6.4.6 Interesse/desinteresse do aluno.....	112
6.4.7 Família.....	116
6.5 Medidas adotadas pela gestão.....	117
6.5.1 Recuperação.....	117
6.5.2 Problemas enfrentados na prática dos ciclos	127
6.5.3 Lacunas na proposta dos ciclos do ponto de vista do professor	137
6.6 Ciclos e Formação do professor	139
6.7 Qual o remédio para o problema do baixo desempenho dos alunos?.....	143
7 CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para professores e diretores	161
APÊNDICE B – Ofício para Secretaria Municipal de Educação de Limeira	164
APÊNDICE C – Roteiro para Entrevista Semiestruturada - Professor	165
APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista Semiestruturada - Diretor	168
APÊNDICE E – Identificação dos (as) participantes	170
ANEXO A – WEBQDA.....	171

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação advém das experiências e da prática docente da mestranda no Ensino Fundamental, como professora em escolas municipais de Limeira-SP. No processo de avaliação do desempenho dos alunos, a decisão de aprovar ou reter os estudantes constitui um dilema entre os professores que lecionam no terceiro ano do Ensino Fundamental, considerando-se o currículo vigente - o ensino em ciclos e regime da progressão continuada.

Observações sobre a implantação do ensino em ciclos e da progressão continuada ocorrem apontando a falta de consideração pela subjetividade do educando, pela opinião dos professores e pela família dos escolares, como exemplificam os episódios relatados a seguir, os quais foram vivenciados no decorrer das mencionadas atividades docentes.

Em reunião de conselho de classe/ciclo, os professores apontaram alguns alunos para retenção, no que a diretora da escola propôs que se o professor apresentasse argumento teórico que justificasse a medida como benefício ao aluno, a equipe poderia considerar a reprovação. A fala da diretora suscitou reflexões a esta mestranda, que, sendo professora de uma rede pública que adota a política dos ciclos e da progressão continuada, não conhecia nada a respeito da legislação e adoção da proposta pelo município, como muitas outras docentes.

Sobre a participação dos pais, outra experiência vivenciada no exercício do magistério ocorreu durante reunião escolar. O diretor foi questionado por uma professora sobre o destino de alguns alunos que estavam concluindo o 3º ano, sem estarem alfabetizados, e as famílias estavam indagando sobre sua retenção ou promoção, ocasionando polêmica entre os pais.

No que se refere à participação do estudante nesse processo, no ano de 2019, ocorreu outra experiência, desta vez vivenciada pela pesquisadora, que, na ocasião, atuava como professora de reforço de uma aluna que estudava em uma escola particular. Essa aluna apresentava baixo rendimento para idade/ano de escolaridade e teve a oportunidade de ser ouvida pelos agentes envolvidos no desenvolvimento de sua aprendizagem. Ao final do ano letivo, a mestranda foi convocada pela escola, juntamente com os demais profissionais que a acompanhavam, para decidir sobre o futuro escolar da criança. A maioria dos profissionais era favorável à reprovação, mas a pesquisadora votou contra, pois a aluna tinha avançado em vários aspectos e não havia completado o primeiro ciclo destinado à alfabetização. Após ouvir a opinião da família e da aluna, a manifestação deu-se nos seguintes termos: “Eu não me importo em repetir o ano, não quero mais ser a última da classe em tudo”.

Nesse caso, a aluna teve voz para determinar sua trajetória escolar, mas não há garantia de que haveria a mesma oportunidade no ensino público.

Os episódios aqui relatados marcam a trajetória da mestranda como professora em escolas públicas de Ensino Fundamental. Destacam-se alguns aspectos da resistência ao processo de implantação do ensino em ciclos, aspectos de interesse da pesquisa: Os episódios relatados suscitam reflexões sobre as perspectivas adotadas pelos docentes a respeito do ensino em ciclos, o saberes necessários ao exercício da profissão; as crenças dos professores e gestores sobre a reprovação; a compreensão dos professores e gestores a respeito da política pública, da aprovação retenção do estudante; o enfoque dado no ensino à autonomia e à participação dos estudantes no processo educacional.

Mas em que consiste o ensino em ciclos e a progressão continuada?

Nesse contexto, emergem as seguintes questões para a pesquisa: O que dizem os professores sobre o ensino em ciclos realmente praticado nas escolas? Em que consiste os enfoques dados pelos profissionais ao ensino realizado e à aprendizagem dos alunos? Como ocorre a continuidade do processo de alfabetização, leitura e escrita no ciclo de alfabetização? Ademais, o que dizem os professores e gestores sobre a afirmação: “Se a reprovação não é remédio e não raro age como veneno, e supondo-se que a doença seja o baixo desempenho, qual seria o remédio”? (Gomes, 2005, p. 30; Alavarse, 2009, p. 42).

Essas questões dão origem à pesquisa que compõe esta dissertação e, no intuito de respondê-las, buscamos as contribuições da legislação, de pesquisadores e estudiosos que discutem o assunto, a fim de reunir considerações teóricas do modelo de ensino em pauta.

A pesquisa tem como objetivo principal descrever os efeitos da escolaridade em ciclos e da progressão continuada no processo de aprendizagem e sua incidência sobre a alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental, levando-se em consideração a perspectiva dos professores e diretores de escolas da rede municipal de Limeira, considerando os profissionais como pedra fundamental para o sucesso de toda política pública direcionada à educação, já que eles trabalham diretamente na ponta do processo educativo. O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: 1) Analisar o que dizem os professores e diretores de escola sobre o trabalho pedagógico na vigência do currículo estruturado em ciclos; 2) Identificar os enfoques dados pelos professores e diretores de escola sobre as práticas pedagógicas e ações para a alfabetização no ensino em ciclos; 3) Identificar os efeitos do ensino em ciclos e o modo como está estabelecido na escola com vistas à democratização do acesso à leitura e escrita e à superação do fracasso escolar; 4) Identificar a abordagem dada à continuidade do ensino entre os anos letivos que compõem o ciclo de alfabetização, segundo professores e diretores que atuam nesse ciclo.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que está estruturada da seguinte maneira: O segundo capítulo, denominado “O ensino em Ciclos e Progressão Continuada – A Legislação”, visa contextualizar a política dos ciclos e da Progressão Continuada desde a sua implantação. No terceiro, denominado “Formação Docente e os Dilemas da Educação”, procurou-se enfatizar as questões relacionadas à identidade e ao trabalho docente no contexto dos Ciclos e da Progressão Continuada. No quarto capítulo, intitulado “O ensino em Ciclos e a Progressão Continuada – Pesquisas”, apresentamos o referencial teórico e as discussões realizadas pelos pesquisadores a respeito da temática. Em seguida, no capítulo cinco, denominado “A Pesquisa”, apresentamos as características desse estudo, os objetivos, o percurso metodológico e os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. E, por último, no capítulo seis, denominado “Resultados”, apresentamos as categorias e a análise dos dados referentes às entrevistas com os professores.

7 CONCLUSÃO

Considerando o objetivo de analisar o que dizem os professores e diretores de escola sobre a vigência do currículo estruturado em ciclos, os resultados permitem concluir que os participantes desta pesquisa, sobretudo os professores, focalizaram a proposta do ensino em ciclos como um agrupamento de anos escolares com a possibilidade de reprovar o aluno ao final de cada ciclo. De forma geral, associaram os ciclos e a progressão continuada aos pressupostos da aprovação/reprovação. O estudo também evidencia que, na visão dos participantes, os aspectos negativos da proposta superam os positivos, fato que fica explícito no discurso dos docentes. Uma pequena parcela dos entrevistados relaciona os ciclos a uma situação de vantagem para o aluno. Na opinião desses participantes, os ciclos beneficiam o estudante, ao conceder mais tempo para que ele aproveite as possibilidades oferecidas na escola e para alcançar a maturidade cognitiva.

Vale ressaltar que esses participantes que consideram a proposta positiva apresentam algumas ressalvas ao modelo, considerando o fato de os alunos serem promovidos indistintamente. Os docentes acreditam que cada situação deve ser avaliada cuidadosamente, tanto no que diz respeito à aprovação, quanto à retenção, a fim de assegurar o percurso pedagógico e a individualidade de cada criança.

Outro ponto que se destaca neste estudo é o número de manifestações favoráveis à reprovação como uma chance/oportunidade para o aluno revisar os conteúdos dos quais não se apropriou ou simplesmente para aprender o que não foi conseguido na série de origem. Nesse caso, a defesa que o docente faz à reprovação tem como essência a aquisição da leitura e da escrita, ou seja, a alfabetização.

Dentre os dilemas evidenciados nesta pesquisa, que causam inquietude aos professores e diretores de escola, destacam-se os resultados insatisfatórios de aprendizagens dos estudantes e o fato de esses alunos não estarem capacitados a acompanhar a classe subsequente. Os participantes concordam que tanto a retenção quanto a promoção indiscriminada dos alunos podem ocasionar problemas de ordem psicológica, de autoestima e o desinteresse sistemático pelos estudos. Os professores concordam que a promoção desses estudantes sem a aquisição da leitura e da escrita - condição emancipatória -, os colocarão numa situação de excluídos na escola, comprometendo seu futuro como cidadãos na sociedade.

Sobre a participação do estudante nas decisões que dizem respeito à sua vida escolar, percebe-se nas respostas dos participantes que nas escolas não é comum a prática de escutar/consultar a criança sobre uma possível retenção ou promoção ao final do ciclo.

Nessa conjuntura, os discursos dos professores a favor da reprovação, de modo implícito ou explícito, manifestam-se em quase todas as categorias deste estudo, pois são motivados por critérios que consideram: a maturidade da criança, como expressa na fala de um participante, “no próximo ano ele vai estar mais maduro”, e a questão da didática do professor, em virtude de acreditarem que a próxima professora terá um olhar diferente, uma nova forma de abordar a transmissão do conhecimento. Algumas manifestações indicam que, no caso da reprovação, os problemas de autoestima são menores quando a criança está no início da escolaridade. No entanto, o estudo aponta um consenso entre os professores de que a reprovação deve ocorrer quando o aluno não alcançou os objetivos propostos para o ano de escolaridade.

Ademais, ao analisar as respostas dos professores, percebe-se que a possibilidade de retenção apenas ao final do 3º ano, com o encerramento do primeiro ciclo, é considerada tardia. Na opinião dos participantes, a retenção do aluno deve ocorrer imediatamente no ano de escolaridade em que apresentou a dificuldade. A maioria afirma que o momento ideal seria logo no primeiro ano. Vale ressaltar que essa ideia também é defendida pelos diretores das duas escolas de menor Ideb, que admitem que a reprovação pode ocorrer em algum momento da vida escolar do aluno, caso ele não apresente o desenvolvimento mínimo necessário para avançar para o ano de escolaridade seguinte.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que em alguns casos o professor afirma que o aluno não desenvolveu a habilidade devido a um “problema pedagógico”. No entanto, o participante não relaciona esse problema a alguma dificuldade do professor em ensinar, apenas atribui a dificuldade do aluno em aprender. Quando a ênfase é dada ao fato de que um outro/novo professor poderá realizar o trabalho de maneira diversa ou terá um outro olhar para essa criança, essa ideia pode configurar falhas no trabalho docente. Esses juízos têm um percurso histórico no processo educacional, o que podemos conferir no discurso de Ribeiro (1991) quando afirma que o sistema tem como cultura a “imputação do fracasso escolar, ora aos próprios alunos, ora a seus pais, ora ao sistema sociopolítico, raramente aos professores, sua formação ou à organização escolar (Ribeiro, 1991, p. 17).

Considerando o objetivo de identificar a abordagem dada à continuidade do processo de aprendizagem do aluno entre os anos letivos que compõem o ciclo de alfabetização, a questão da instabilidade no quadro efetivo dos professores foi apontada como um dificultador, visto que as escolas recebem professores substitutos e eventuais todo ano. Na opinião dos participantes, essa rotatividade, acrescida do despreparo dos professores alfabetizadores, que assumem as classes dos anos iniciais sem a formação adequada, causa desencontros e embaraços ao andamento da proposta de continuidade do ensino/aprendizado nos ciclos.

Destarte, os dados revelam que a abordagem dada à continuidade do ensino no ciclo de alfabetização na prática escolar, aferida tanto na fala dos professores quanto dos diretores das escolas, limita-se a conversas, troca de informações e de portfólios, distanciando-se da proposta de acompanhamento dos alunos idealizada pelo ensino em ciclos. No que diz respeito à ampliação do tempo destinado à aprendizagem na proposta dos ciclos, alguns participantes reconhecem que esse período favorece as etapas de desenvolvimento da criança. Contudo, enfatizam a relevância do trabalho docente e o compromisso do professor de realizar um trabalho que possibilite o avanço da aprendizagem do aluno. Outros aspectos destacados referem-se à participação e estímulo da família e o empenho do próprio aluno como condição para a aprendizagem.

Ademais, as manifestações dos participantes deste estudo, ao revelarem a conservação das práticas de ensino de acordo com a serialização, eliminando apenas a reprovação anual, evidenciam a compreensão da proposta dos ciclos e da progressão continuada, segundo “a pedagogia da repetência” (Ribeiro, 1991). Além disso, interpretações dadas à proposta causam conflitos com os familiares que questionam a escola sobre a condição dos alunos serem aprovados sem os conhecimentos básicos, pondo em evidência a fragilidade desse enfoque. Diante da imprecisão na aplicação do trabalho no sistema dos ciclos, o fracasso escolar é preservado no interior da escola, gerando problemas de indisciplina dos alunos e, conseqüentemente, a exclusão social.

Assim, percebe-se nas manifestações dos professores a concordância de que a progressão continuada, em determinadas circunstâncias, causa malefícios ao aluno. Em contrapartida, os docentes sugerem a retenção, não como punição, mas como forma de sanar possíveis dificuldades.

No entanto, a opinião dos diretores a esse respeito não é unânime. Observa-se que os diretores das escolas de menor Ideb admitem a possibilidade de retenção em algum período da vida escolar do aluno, enquanto as diretoras das escolas com maiores notas no Ideb apresentam um discurso mais desfavorável à reprovação.

Outro dado importante que não deve ser desconsiderado é a relação entre formação e crenças a respeito da reprovação. Os resultados da presente pesquisa revelam que duas participantes que possuem título de Mestre apresentam discurso um tanto desfavorável à reprovação. Essa constatação confirma os resultados de estudos anteriores, apontando que quanto mais os professores conhecem pesquisas educacionais e possuem diplomas de pós-graduação, menos são adeptos da reprovação.

Diante disso, este estudo revela que os conflitos gerados pelas consequências de inserir na prática dos professores uma política educacional que tem como premissa mobilizar ações e recursos que possibilitem a cada aluno acesso ao conhecimento e aos benefícios do ensino, de modo a desenvolver uma aprendizagem efetiva, social e cognitiva sem as proclamadas providências de capacitação dos professores, tem se conservado nos debates.

Um dos maiores obstáculos na prática dos ciclos e da progressão continuada, apontado pelos docentes e diretores, é o processo de recuperação das aprendizagens, preconizada insistentemente nos documentos oficiais. Na prática, o processo exige do professor estratégias para trabalhar com clientelas heterogêneas, com padrões, necessidades e expectativas muito mais variadas que as requeridas na seriação. As implicações para a realização do trabalho demandam tempo, estrutura, material e profissionais capacitados, medidas que, na opinião dos entrevistados, ficaram apenas “no papel”.

Nessa conjuntura, os participantes da pesquisa deram ênfase à falta das classes de recuperação paralela, que não funcionam, em muitas escolas, por falta de espaço ou de professores, ao mesmo tempo em que contestam a recuperação contínua, realizada pelo próprio professor em sala de aula em meio a toda circunstância que envolve uma classe numerosa, situação descrita por uma professora como “humanamente impossível”.

Nesse contexto, emergem críticas dos participantes a respeito da contenção de gastos e o descaso com a qualidade do ensino, considerando que os programas implantados para contribuir na aceleração das aprendizagens apresentam brechas na sua execução, como ocorre no atual programa Tempo de Aprender, cuja aplicação se realiza por um voluntário (sem exigência mínima de formação) que recebe apenas uma ajuda de custo.

Diante do exposto, pode-se aferir que a proposta dos ciclos e da progressão continuada, na forma como está estabelecida na escola e no trabalho docente, não tem contribuído para a superação do fracasso escolar, visto que o fato de todas as crianças permanecerem na escola e avançarem na escolaridade não tem garantido o acesso às oportunidades e ao conhecimento, prerrogativas essenciais para progressão nos estudos. Tal condição escamoteia o fracasso escolar, antes colocado à vista pelas estatísticas da reprovação e da evasão.

Contudo, apesar de os entrevistados desta pesquisa terem apresentado discursos mais desfavoráveis à proposta dos ciclos e da progressão continuada, em alguns trechos das entrevistas, principalmente na “categoria positiva com restrições”, os participantes admitiram que a proposta é bem intencionada, no entanto, manifestaram muita insatisfação com as debilidades da política e as falhas na sua concretização no âmbito escolar.

No decorrer da pesquisa os participantes apresentaram sugestões de possíveis “remédios” para sanar as mazelas que persistem no ensino em ciclos e na progressão continuada. Dentre as manifestações, a mais recorrente foi a participação da família, seguida pela formação/capacitação do professor, processo de recuperação, melhoria da qualidade do ensino, funcionalidade da proposta, a necessidade de se avaliar caso a caso e a fidelidade nos resultados das avaliações externas, Ideb.

Quanto aos índices do Ideb, os professores e diretores admitiram que a preocupação com os indicadores ocupa uma posição de muita relevância nas escolas do município. Pode se aferir indícios de que essa visibilidade dedicada à nota das avaliações externas causa pressão para a adoção de uma política de não repetência pelos professores e gestores escolares. Sendo assim, os professores recebem pressão dos diretores, que, por sua vez, são pressionados pelos resultados dos indicadores de rendimento. Segundo relato dos docentes, ao final do ano letivo, tudo já está determinado; no caso de o professor insistir na reprovação, as condições impostas pela burocracia o fazem desistir. Diante desse cenário, os professores afirmam que perderam a sua autonomia.

A esse respeito, os diretores de escolas confirmam a versão dos professores de que a preocupação com nota do Ideb realmente influencia nas tomadas de decisão quanto à aprovação ou retenção do aluno ao final de um ciclo. No entanto, no discurso dos diretores, destacou-se a manifestação sobre o fato de que todas as deliberações sobre a vida escolar do aluno são decididas em equipe, nas reuniões do conselho de ciclo.

Diante do discurso de um dos diretores, percebe-se a preocupação com a referência de boa reputação e respeito que a escola conquistou na cidade, assim, para manter ou “alavancar” o índice vale “traçar metas” e pressionar a equipe docente, o que, aliás, tem gerado angustias e preocupações nos professores. Nesse contexto, emergem críticas ao enfoque dado aos ciclos e à progressão continuada na prática escolar.

Os docentes criticam o sistema, ao considerar que ele não atua a fim de atender o aluno nas suas necessidades pedagógicas, e sim no impacto que a nota do Ideb atribuída à escola vai causar na sociedade. Assim, o sucesso da proposta de ciclos e da progressão continuada vai se fragmentando, se distanciando do discurso oficial, encaminhando-se para outra coisa, um ensino que não é seriação e tampouco estruturado em ciclos de aprendizagem.

Ademais, diante das pesquisas apresentadas neste trabalho, há de se considerar que em mais de duas décadas da sua implantação, a proposta alcançou uma parte de seus objetivos: corrigiu o fluxo escolar, assegurou a matrícula a todas as crianças e contribuiu significativamente com a contenção de gastos aos cofres públicos. Entretanto, os problemas das

desigualdades e oportunidades do ensino se perpetuaram e estamos longe de alcançar a sonhada democratização do ensino e a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 35-50, jan./abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xsbxJzBMfXVxYd5mT3S85Md/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALVES, Pedro Jorge Holanda; FRIO, Gustavo Saraiva. Uma Análise dos resultados educacionais dos municípios brasileiros. *Planejamento e políticas públicas*, Rio de Janeiro, n. 61, p. 285-312, jan./mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppp61art10>. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11438>. Acesso em: 6 nov. 2023.

AMBROSETTI, Neusa B. Ciclo básico: uma proposta vista pelas professoras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 75, p. 57-70, nov. 1990. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1071/1076>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ARROYO, Miguel G. Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2618/2356>. Acesso em: 20 fev. 2024.

AZEVEDO, José Clóvis de. Ciclos de Formação: uma nova escola é necessária e possível. *In*: KRUG, Andréa Rosana Fetzner (org.). **Ciclos em Revista: A construção de uma outra escola possível**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007. p. 13-30. v. 1.

BARBOSA, Aline Cristiane. **Regime de Progressão Continuada na rede estadual de São Paulo**: continuidades e rupturas. 2020. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Rio Claro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/0fb36424-779d-45eb-925b-6b5bffd47857/content>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 103-140, ago. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/K6mBgJwFvzgyhHkNrBbPfNF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Reflexões sobre as políticas de ciclos no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 659-688, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/hF38qtCH9Npt7XtNZbYBt3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BARROS, Diego Navarro de. **A organização curricular seriada: histórico, características, problematizações e a alternativa dos ciclos para a democratização da escola.** 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-23062021-110804/publico/DIEGO_NAVARRO_DE_BARROS_rev.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

BIZELLI, José Luís; CUNHA, Maira Darido da; PEREIRA, Carlos Eduardo Candido. Impactos da progressão continuada na educação do estado de São Paulo. **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, SP, v. 1, n. 15, p. 150-166, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i15.9348>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9348>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, 1994. 335 p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.** Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções que indica. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969. Disponível em: https://smelegal.files.wordpress.com/2020/04/decreto_compensac3a7c3a3o_lei_1044_69.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental.** Brasília, DF: Ministério da Educação, dez. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12827-texto-referencia-consulta-publica-2013-cne-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 37, p. 69-71, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em: 1º out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de abril de 2021.** Dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do Programa Tempo de Aprender. Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo, 2021. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/normativos-e-legislacao>. Acesso em: 1º out. 2023.

BRITO JÚNIOR, Daniel. A progressão continuada como política pública educacional e a prática docente: um brevíssimo relato sobre o distanciamento entre a teoria e a prática.

Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, MG, v. 21, n. 51, p. 63-75, 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2692>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRITO JÚNIOR, Daniel. **Progressão continuada e políticas públicas educacionais**: estudos interdisciplinares da realidade educacional de Francisco Morato/SP. São Paulo: Dialética, 2018. 92 p.

BUORO, Edna. **Avaliação da aprendizagem nos ciclos e na progressão continuada a partir das concepções de atores do processo educacional**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15437/cchsa_ppgedu_me_Edna_B.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev. 2024.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; SANTOS, Kátia Silva. Políticas locais de reestruturação curricular por ciclos: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 399-418, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/MfKDcWXbGCs6RyB4hfFpFgJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Deliberação CEE nº 02/84. Implantação do ciclo básico de alfabetização. **Conselho Estadual de Educação**, São Paulo, SP, 8 jan. 1984. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-SP_DEL_2_2561_1983.doc. Acesso em: 13 abr. 2023.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Deliberação CEE nº. 9/97. Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. **Conselho Estadual de Educação**, São Paulo, SP, 30 jul. 1997a. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0820-0830_c.pdf. Acesso em: 3 jan. 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Indicação CEE nº 22/97. Conselho Estadual de Educação. Avaliação e progressão continuada. Legislação do Ensino Fundamental e Médio, p. 254-257. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção I: Poder Executivo, São Paulo, SP, 17 dez. 1997b. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-SP_INDI_22_119_1997.pdf. Acesso em: 3 jan. 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Parecer CEE nº 1911/91. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: parte 1: Poder Executivo, São Paulo, SP, 18 dez. 1991. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-SP_PAR_1911_2433_1984.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Limeira). Secretaria Municipal de Educação. **Indicação CME nº 04, de 9 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre as normas para os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos implantado na Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira-SP. Limeira, SP: Conselho Municipal da Educação, 2009. Disponível

em: https://www.sme.limeira.sp.gov.br/leis/normas_ensino_fundamental_municipal.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

CORTELLA, Mário Sérgio. Aprendizagem em ciclos: repercussão da política pública voltada para a cidadania. In: SEMINÁRIO PROGRESSÃO CONTINUADA, 2002, São Paulo.

CRAHAY, Marcel *et al.* Funções, estruturação e evolução das crenças (e conhecimentos) dos professores. Tradução de Jaci Brasil Tonelli. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 316-388, jul./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v6i2.369>. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/369>. Acesso em: 21 fev. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108 p.

DIAS, Vagno Emygdio Machado. Progressão continuada como promoção automática. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 49, p. 322-333, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i49.8640335>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640335/7894>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FERNANDES, Anoel. A junção do conceito de ciclos com a progressão continuada na rede pública estadual paulista e as concepções de um grupo de pedagogas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, MG, v. 3, n. 2, p. 402-424, ago./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v3n2a2014-30286>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30286/16541>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FERNANDES, Anoel. A organização do ensino na rede pública estadual paulista: análise a partir da teoria crítica da sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 96, n. 242, p. 162-179, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/323712627>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dRRXLRwNpXLBjrs6LqzZ9Cd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. [Textos para discussão]. Disponível em: <https://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3850/3541>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FETZNER, Andréa Rosana. **Ciclos em revista: implicações curriculares de uma escola não seriada**. Rio de Janeiro: Wak, 2007. v. 2.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, serialização e avaliação: confrontos de Lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003. 96 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BBTXBmMzZdKRNP9wQFgCPyN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOMES, Candido Alberto. Desseriação escolar: Alternativa para o sucesso? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, p. 11-38, jan./mar. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/j47jLPRhPVj9VN8MxpgjKYs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida. A escola e os educadores em tempo de ciclos e progressão continuada: uma análise das experiências no estado de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 401-418, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/5B457XRKKvKc6sZ5sVV3BVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 557-572, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PP5VsTFNcBQtP4dkBfsf3Dz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Por que a maioria dos pais e alunos defende a reprovação? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 895-919, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/yhYfzdtgr9P9FZyszFcvJH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2024.

LIMEIRA (Município). **Currículo da Rede Municipal de Ensino**. Limeira, SP, 2019. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://smelegal.wordpress.com/regulamentacoes/curriculo/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LIMEIRA (Município). Lei ordinária nº 5.545, de 2 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. **Jornal Oficial do Município de Limeira**: Limeira, SP, edição 4600, p. 4-27, 9 set. 2015. Disponível em: <https://smelegal.wordpress.com/regulamentacoes/plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 27 out. 2020.

LIMEIRA (Município). **Portal da Transparência**. Limeira, SP, 2023. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://www.limeira.sp.gov.br/secretarias/educacao/secretaria-municipal-de-educacao>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LIMEIRA (Município). **Resolução Conjunta SME/CME nº 01, de 01 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Limeira para finalização do ano letivo de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas. Limeira, SP: Jornal Oficial do Município de Limeira, 2021. Disponível em: https://smelegal.files.wordpress.com/2023/07/resolucao-cme-sme-01_2021.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

MACHADO, Laeda Bezerra; FREIRE, Suelen Batista. Representações sociais de ciclos de aprendizagem entre estudantes de pedagogia. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 19, n. 39, p. 289-305, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v19i39.4129>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4129>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MACHADO, Melissa Riani Costa; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Políticas de não-repetência na Educação Básica: uma revisão da literatura brasileira. **Perspectivas em Diálogo**: Revista de educação e sociedade, Naviraí, MS, v. 7, n. 15, p. 164-184, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10135/8470>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MAINARDES, Jefferson. A organização da escolaridade em ciclos: implicações para a gestão educacional e escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, SC, v. 17, n. 35, p. 66-78, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v17i35.3055>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3055>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Escola em ciclos, processos de aprendizagem e intervenções pedagógicas: algumas reflexões. In: FETZNER, André Rosana (org.). **Ciclos em revista**. Rio de Janeiro, WAK, 2009 p. 118-139. V. 3.

MAINARDES, Jefferson. Escola em ciclos, processos de aprendizagem e intervenções pedagógicas: algumas reflexões. In: FETZNER, Andréa Rosana (org.). **Ciclos em revista**. Rio de Janeiro: WAK, 2008. p. 118-139. V. 3.

MAINARDES, Jefferson. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/FrPkxXyN66jjkC4TRHRzJCq/?format=pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; MOTE, Sadao (ors.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina, PR: Edue, 2003. p. 11-25. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

MELO, Emanuel Lucas Batista de. **As práticas da progressão continuada como produtoras do lumpemproletariado**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2243/2/Emanuel%20Lucas%20Batista%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Alfabetização**: Propostas e práticas pedagógicas. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012. 171 p.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. CAPICOTTO, Adriana Dibbern. O processo de alfabetização e a formação docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 31, n. 77, p. 366-392, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v31i77.6736>. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/6736/4072>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Leitura e escrita**: Como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos. São Paulo: Contexto, 2009. 285 p.

MIRANDA, Marília Gouveia de. A organização escolar em ciclos e a questão da igualdade substantiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 24-34, jan./abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/C6fmkZLB4MbMxc64MkFmVzw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2024.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovani Monteiro. Organização da escolaridade em ciclos: representações sociais de professores. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 25, n. 3, p. 538-548, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnRtH75YPJXbyz3qrQs8kXt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

NEGRI, Barjas; TORRES, Haroldo; DE CASTRO, Maria Helena Guimarães (ed.). **Educação básica no Estado de São Paulo: avanços e desafios**. São Paulo: Seade, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2014. 477 p.

NÓVOA, António *et al.* **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991. 191 p.

PIRES, Ricardo Matheus; BERTAGNA, Regiane Helena. Organização do trabalho pedagógico em ciclos e práticas avaliativas: a realidade de uma escola. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, MT, v. 26, n. 61, p. 31-53, jan./abr. 2017. DOI: [10.29286/rep.v26i61.1909](https://doi.org/10.29286/rep.v26i61.1909). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1909>. Acesso em: 21 fev. 2024.

REAL, Giselle Cristina Martins *et al.* Abandono, reprovação, reforço escolar: respostas de diretores ao questionário contextual da Prova Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Periódico Científico editado pela ANPAE, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 249-268, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.86902>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/86902>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 7-21, ago. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/JyfPSdxSCrxKHxV6H3whNNz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RIBEIRO, Vanda Mendes *et al.* Crenças de Professores sobre Reprovação Escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-35, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173086>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/73Cs57hwCYkmpMFyN89zJZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução 15, de 22 de fevereiro de 2005**. Dispõe sobre estudos de recuperação contínua e paralela na rede estadual de ensino. São Paulo, SP: Secretaria da Educação, 2005. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/15_05.htm#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20A%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20da,I%20e%20ciclo%20II%20do. Acesso em: 10 jan. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **A construção da proposta pedagógica Escola da Escola: A escola de cara nova - planejamento 2000.** Dispõe sobre a construção da Proposta Pedagógica da escola. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2000. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/constr_prop_p001-017_c.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

SÃO PAULO. **Resolução SE 53, de 2-10-2014.** Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais de São Paulo. São Paulo, SP: Secretaria da Educação, 2014. Disponível: http://siaue.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/53_14.HTM. Acesso em: 28 out. 2020.

SCHÉLER, René. **Infantis:** Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Valdir Aparecido da *et al.* Retórica e realidade: opinião de universitários sobre a qualidade da educação básica e da progressão continuada. **Interfaces Científicas-Educação**, Aracaju, v. 9, n. 1, p. 59-74, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v9n1p59-74>. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8738>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOUSA, Carmem Rodrigues Ribeiro; RIBEIRO, Samuel Rodrigues. Regime seriado e educação em ciclos no âmbito dos esforços para a alfabetização infantil. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, Juara, MT, v. 8, n. 1, p. 83-108, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/5723/4304>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOUSA, F. N.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. **webQDA-Qualitative Data Analysis**. Aveiro: Microio/Ludomedia, 2019. [programa de computador].

SOUSA, Sandra Zákia *et al.* Progressão escolar e ciclos: fundamentos e implantação. In: KRUG, Andréa Rosana Fetzner (org.). **Ciclos em revista:** a construção de uma outra escola possível. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007. p. 31-51. v. 1.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 34, n. 123, p. 551-571, abr./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LtdrgZFyGFFwJjqSf4vM6vs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. 325 p.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

TOLLER, Fernando de Moraes. **A progressão continuada no ensino público do Estado de São Paulo como modelo neoliberal de exclusão pautada nos sistemas de avaliação escolar:** uma análise crítica da produção teórica e científica do tema. 2018. 92 f. Dissertação

(Mestrado Profissional – Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Franca, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/be511745-200d-4072-8700-53a9ab20b594/content>. Acesso em: 21 fev. 2024.

TOLOI, Gabriela Gallucci; MANZINI, Eduardo José. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados. *In: VII CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 2013, Londrina, PR. **Anais [...]**. Londrina, PR: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2013. p. 3299-3306. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2022.

TORTELLA, Jussara Cristina Barboza; BUORO, Edna. Avaliação para promoção ou para reprovação? Um estudo sobre o sistema de ciclos e progressão continuada. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, MT, v. 24, n. 57, p. 507-523, set./dez. 2015. DOI: 10.29286/rep.v24i57.780. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/780/pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Ciclos e repetência: breve incursão histórica no Renascimento e no início da Modernidade. **Ciclos em revista**, v. 2, p. 91-111, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o Professor?** Resgate do Professor como Sujeito de Transformação. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2001. 205 p.. v. 1. [Coleção Subsídios Pedagógicos do Libertad].

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Superação da lógica classificatória e excludente: a avaliação como processo de inclusão. *In: III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE ARCOS/MG*, 2004, Arcos. p. 1-32. Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/Download/Superacao.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIDAL, Andressa Farias. **“Esse já tá reprovado!”**: um estudo sobre a compreensão dos professores em relação à reprovação escolar numa escola organizada em ciclos. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/cultura/ppgedu/backup/1f4c1produtos/dissertacoes/DissertaoPPGEduAndressaFariasVidal.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.